

UNEMAT Editora

Editor

Agnaldo Rodrigues da Silva

Revisor

Autores

Diagramação

Ricelli Justino dos Reis

Capa

Ricelli Justino dos Reis

Copyright © 2014 / Unemat Editora

Impresso no Brasil - 2014

Revista História e Diversidade/Expediente:

Coordenador /Organizador: Osvaldo Mariotto Cerezer

Marli Auxiliadora de Almeida

História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 4, nº. 1, (2014) . 274 p.

Modo de acesso:<<http://www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/>>Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

ISSN 2237-6569

1. História. 2. Diversidade Cultural. 1. Unemat Editora. Departamento de História de Cáceres.

CDU 94+304.4 (05)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar/CRB1 2037



UNEMAT Editora

Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres - MT - Brasil -

78200000

UNEMAT
EDITORA

Fone/Fax 65 3221-0000 - www.unemat.br - editora@unemat.br

Revista



Resenhas

LUZ, José Augusto Ramos da. A salvação pelo ensino primário: Bahia (1924-1928). Feira de Santana. UEFS Editora. 2013.274 p.

Fabiano Moreira da Silva

Licenciado em História pela Universidade Federal da Bahia
fabianomdasilva@hotmail.com

A história da educação brasileira cada vez mais se consolida como um objeto de estudo que proporciona meios para tratar das transformações ocorridas na sociedade. É nessa perspectiva que o trabalho de José Augusto Ramos da Luz lança o olhar sobre a educação na Bahia nas primeiras décadas do século XX apresentando a possibilidade de compreender as transformações e permanências na sociedade no contexto da implantação, consolidação do regime republicano e as motivações para as reformas do sistema educacional no período do governo de Góes Calmon (1924 a 1928) que tinha como Diretor Geral de Instrução, o ainda jovem, Anísio Teixeira.

O espaço escolar e as tentativas de sua organização vão além da discussão sobre regulamentação, extrapola as ações de gabinetes, aproxima às questões sociais, políticas e econômicas, os debates sobre a organização da educação primária, seus sucessos e fracassos, estão além dos muros das escolas, é mais que uma história da educação, é uma história social. Daí a atenção do autor para os embates entre os professores primários e o governo por melhores condições de trabalho e pela regularização dos salários atrasados, fruto da greve de 1918, bem como às ações do governo para promover mudanças na organização do ensino a partir da reforma de educação de 1925. É na compreensão desse processo que o livro de Jose Augusto da Ramos Luz, fruto de sua Tese de Doutorado defendida em dezembro de 2009, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*, se debruça trazendo numa agradável leitura o burburinho que a temática da educação provocava na cidade de Salvador e em algumas cidades da Bahia em meados da década de vinte.

Jose Augusto Ramos da Luz é doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia, professor adjunto do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e coordenador da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na UEFS. Pesquisador sobre história da docência na Bahia e a educação voltada para a infância na República. Foi organizador da coletânea História da Educação da Bahia (Editora Arcádia, 2008).

O autor analisa o contexto político, social e econômico para tratar das mudanças ocorridas na educação primária na Bahia, o texto tem como objetivo entender como a educação foi tratada no Governo de Góes Calmon tendo por perspectiva eventos

ocorridos nos governos anteriores como o movimento reivindicatório do professorado, a recuperação da crise econômica e os anseios por mudança no sistema de ensino que culminaram na reforma educacional que teve a frente Anísio Teixeira. Na pesquisa utilizam-se de fontes como as falas dos governadores à assembleia, relatórios emitidos pelos responsáveis pela instrução pública, matérias de jornais, revistas, biografias, cartas, fotos, além de livros publicados nos anos 20. O livro é composto por três capítulos, três recortes no tempo. O primeiro trata dos anos que antecedem a década de 1920 em que os embates políticos, a economia e a crise educacional, o segundo recorte é “a Bahia na década de 1920” momento de mudança na condução do poder, o início do percurso na educação pública por Anísio Teixeira e a Reforma da educação em 1925 e no terceiro capítulo o autor apresenta as ações que tinham como foco os professores e a busca de novos métodos para prática docente, a escola voltada para o mundo do trabalho.

No primeiro capítulo ao analisar o papel do ensino primário na década de 20 do século passado o autor nos mostra que a educação primária tinha um papel de destaque no projeto civilizador e modernizador construído pelas lideranças políticas baianas. Cabia à escola preparar o cidadão republicano, este deveria ser desprendido dos costumes dos tempos do império, tinha que valorizar a higiene, a ciência, o progresso, a modernidade, deveriam estar aptos para demanda da industrialização se tornando uma mão de obra dócil e disciplinada, para isso era preciso instruir o povo na tentativa de eliminar o analfabetismo que era visto como uma das causas do atraso no país. No entanto o que o autor nos apresenta é uma incoerência entre o desejo e prática, nem sempre o que se planejava nos gabinetes ocorria fora dele.

Ao contrário do projeto modernizador que ocorria na urbanização da cidade de Salvador, principalmente no governo de J.J. Seabra entre os anos de 1912 a 1916, as escolas tinham uma estrutura física precária em locais com pouca luminosidade, paredes úmidas, falta de mobiliários, prédio em ruínas, conviviam com a falta de professores e os que exerciam a atividade muitos deles enfrentavam atraso na remuneração que chegavam a mais de dois anos. O contexto político se apresentava conturbado e com conflito entre vários grupos políticos. A instabilidade era o tom da política baiana que em seus momentos mais críticos se fazia necessário intervenção federal. No contexto social a Bahia era um estado com um grande número de analfabetos, com baixa frequência escolar e poucas escolas, principalmente na área rural. Em relação à economia a Bahia passava por momentos difíceis, havia a carestia, a cidade sentia os efeitos econômicos proveniente da guerra na Europa. Esse episódio refletiu diretamente na educação que perdeu investimentos e ainda conviviam com a falta de pagamento dos professores que era mais de 80% do quadro municipal. Toda essa situação culminou na greve dos professores no em 1918 durante o governo que sucedeu a Seabra, Antonio Muniz (1916-1920), um movimento de quase dez meses que foi noticiada nacionalmente. Neste ano professores e professoras formam o Centro de Defesa do Professorado Primário Bahiano para organizar a sua luta reivindicatória. As reivindicações ganham as ruas e os jornais, principalmente os de oposição a J.J. Seabra, ocorrem confrontos, passeatas e ameaça de intervenção federal. A educação escancara a sua precariedade.

No segundo capítulo o autor trata do cenário de mudança de governo, J.J. Seabra assume o governo pela segunda vez (1920-1924), a educação continua a sua

crise estrutural porém nos discursos aparecem menções sobre a melhoria na formação dos professores. Em 1924 Góes Calmon assume o Governo da Bahia em meio a conflito com Seabra que inicialmente o apoiou mas no final se tornou rival. Calmon representava a esperança de a Bahia vencer a crise econômica, solucionar os problemas das greves, manifestações contra a fome e o analfabetismo. Além disso, seguindo a tendência nacional dos anos 20 voltava o seu olhar para o interior, principalmente para levar educação à zona rural, a interiorização do ensino, apoiada por alguns e combatida por muitos que vinham no interior a morada do bruto e do incivilizado. O desafio de inovar a educação no estado foi dado a um jovem bacharel em Direito que a época pouco sabia sobre educação, Anísio Teixeira. O autor relata que Anísio Teixeira teve ajuda nos momentos iniciais de homens como Afrânio Peixoto, Carneiro Leão, na época Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal e o próprio Góes Calmon que lhe passou a mão um livro do educador belga Omer Buyse: *Métodos Americanos da Educação Geral e Técnica*, esse livro, segundo o autor iria influenciar Anísio Teixeira sendo motivador para a sua viagem aos Estados Unidos para conhecer o sistema escolar americano onde também teve contato com o pensamento de John Dewey. De volta à Bahia Anísio percorre algumas escolas no interior do estado e se depara com um quadro caótico e de insuficiência e se atenta que a escola deve atender a necessidade do meio onde está localizada. A reforma de 1925 foi a tentativa de estabelecer uma padronização do ensino, considerava a criança como centro do processo educativo, preconizava o uso da intuição como método para estimular a aprendizagem, ao contrário da simples memorização e associava o ensino ao meio que o aluno vivia preparando-o para o mundo do trabalho. A formação dos professores se torna uma prioridade na reforma de 1925, os métodos de ensino deveriam ser colocados em prática, era preciso ensinar a ensinar.

Ensinar a ensinar: problemas da educação nacional é o título do terceiro capítulo que versa sobre a atuação dos professores, o desejo era que a escola preparasse tanto para a vida como para o trabalho para isso os professores deveriam ter métodos para ensinar, menos dom e mais ciência. A ciência se consolidava como modelo explicativo da sociedade e a escola começa a adotar formas objetivas de avaliação e controle dos resultados, o professor é o alvo das mudanças. As tentativas de estabelecer um método de ensino não são exclusivas dos anos 20, desde o início da República as escolas normais foram criadas como sendo o lugar onde as reformas educacionais seriam veiculadas e efetivadas, ou seja, professores e professoras vistos como o alicerce da educação. A concepção da escola voltava-se para articular com vida e com mundo do trabalho, era o lugar da transformação e não só da transmissão. Cabia aos professores e professoras esse papel de transformar, as expectativas eram direcionadas para eles e o controle do estado também, não se pode esquecer que esses homens e mulheres estavam mobilizados e já tinham mostrado força em anos anteriores ao reivindicarem mudanças salariais e melhores condições de trabalho.

O autor conclui o seu trabalho relatando que os políticos, os intelectuais, professores e professoras, bem como a sociedade baiana, de um modo geral, tinham ampla consciência da crise educacional que assolava o Estado e de que dependiam da melhoria do sistema educacional para sair da situação de atraso que vivia o estado. Os

discursos e as intenções não se concretizavam e o que se via era o aprofundamento da crise, a falta de pagamento e de estrutura afastavam bons profissionais e os que persistiam não tinham motivação para melhoria do ensino daí os diversos discursos sobre uma educação ineficiente e sofrível. Ainda o autor aponta para protagonismo dos professores e professoras que se mobilizaram, foram às ruas, escreveram para os jornais e realizaram uma greve vitoriosa em 1918 contribuindo para a mudança de discursos e ações em relação a educação na Bahia. Longe de tirar o brilho de Anísio Teixeira o autor rejeita a ação milagrosa deste á frente do ensino e que a reforma educacional de 1925 é fruto de um processo que teve a participação de diversos sujeitos históricos que ganhou força após a mobilização dos professores e a discussão ampla na sociedade sobre as carências da educação primária no estado. Ainda sobre a modernização da educação proposta pela reforma de 1925 o autor aponta a mescla entre o novo e o velho, a discussão sobre a utilização do método intuitivo já se fazia presente na sociedade e que as influências do escolanovismo de Dewey não foram determinantes no primeiro momento, somente em fins da década de 1920, o início de sua carreira a influência era local, por uma mentalidade educacional presente na sociedade baiana. Ao considerar o meio em que se vive para redefinir o papel da escola, voltando os olhos para o interior do estado deixa a sua marca e inicia a sua trajetória na educação nacional.

O livro do professor Augusto Luz é relevante porque nos apresenta as possibilidades tratar de aspectos importantes relacionados à primeira república tendo por base a escola, mostra a possibilidade de se aproximar de outros temas como o trabalho feminino, caminhos trilhados pelos afros descendentes após a abolição, organização de trabalhadores, a estrutura urbana da cidade e por que não a organização política. A escola como uma instituição sempre presente tem muito mais a apresentar do que sua organização formal e legal. Além da escola como instituição, o mérito do livro é apresentar o protagonismo dos professores e professoras que através de mobilizações por melhores condições de ensino e pagamento de salários atrasados colocaram a educação no centro da discussão política. O texto nos leva entender que a reforma educacional de 1925 não foi arquitetada em gabinetes foi uma demanda de fora para dentro. O mérito do texto está em discutir a educação para além dos gabinetes, é colocar tema de maneira ativa na tentativa de responder perguntas ao período tão interessante como a primeira república.